



Democracias avançadas em risco: estudo de caso da campanha eleitoral de Donald Trump (2016)

*Advanced democracies at risk: a case
study of Donald Trump's election
campaign (2016)*

*Democracias avanzadas en riesgo: un
estudio de caso de la campaña electoral
de Donald Trump (2016)*

DOI: 10.21530/ci.v17n3.2022.1277

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre¹

Lauro Henrique Gomes Accioly Filho²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

O artigo discute os prováveis riscos às democracias no processo de formular e exprimir preferências políticas na contemporaneidade, em especial, o impacto que a mídia exerce nas relações sociais e políticas. A partir de um estudo de caso que segue o recorte temporal do processo eleitoral dos Estados Unidos de 2016, a pesquisa estrutura-se em sete seções, as duas primeiras discutem questões conceituais da consciência cívica, o terceiro o papel da mídia e os demais versam o estudo de caso.

Palavras-chaves: Estados Unidos; Processo Eleitoral; Democracia.

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais e da graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). (fabio.f.nobre@servidor.uepb.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2905-0541>

2 Mestrando em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba. (henriqueacciolygf@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1294-9366>

Artigo submetido em 09/05/2022 e aprovado em 18/12/2022.





Abstract

The article discusses the probable risks to democracies in the process of formulating and expressing political preferences in contemporary times, in particular, the impact that the media has on social and political relations. From a case study that follows the temporal cut of the electoral process of the United States of 2016, the research is structured in seven sections, the first two discuss conceptual issues of civic conscience, the third the role of the media and the others deal with the case study.

Keywords: United States of America; Electoral Process; Democracy.

Resumen

El artículo discute los riesgos probables para las democracias en el proceso de formulación y expresión de preferencias políticas en la época contemporánea, en particular, el impacto que los medios tienen en las relaciones sociales y políticas. A partir de un estudio de caso que sigue el corte temporal del proceso electoral de los Estados Unidos de 2016, la investigación se estructura en siete apartados, los dos primeros abordan cuestiones conceptuales de la conciencia cívica, el tercero el papel de los medios de comunicación y los demás tratan el estudio de caso.

Palabras clave: Estados Unidos; Proceso electoral; Democracia.

Introdução

Os sistemas políticos contemporâneos de democracia enfrentam obstáculos prejudiciais ao seu desenvolvimento, o avanço da tecnologia de comunicação é um deles, dado o aumento de sua influência nas questões políticas, sociais e econômicas. O aumento exponencial do descontentamento da população com os regimes democráticos advém do efeito danoso da lógica de “política do escândalo” a partir da maneira como algumas plataformas comunicacionais são utilizadas (Castells 2018).

Parte dessa problemática advém do papel da mídia no mundo político com sua capacidade de construir imaginários, principalmente, os meios de comunicação de massa que detém forte influência no processo de significação do mundo (Fontes et al. 2017). Somando-se o avanço desnordeado da internet com as redes





sociais desestabilizando a qualidade do debate público de avaliar os méritos e deméritos de propostas políticas, o crescente uso de agressões verbais entre grupos políticos em oposição política torna-se notório (Brown 2019).

Logo, apesar do potencial de ampliar discussões políticas e permitir vasto acesso à informação, as redes sociais trazem implicações agudas aos processos sociopolíticos contemporâneos devido a maneira como elas são moderadas. Sendo assim, o respectivo artigo objetiva analisar os riscos que as democracias avançadas estão sujeitas ao controle e à manipulação de informações na era digital.

Para isso, o artigo é estruturado por um estudo de caso analítico e heurístico que empenha-se a gerar hipóteses de modo indutivo, com intenção de tornar inteligível as razões da aparição de fenômenos específicos dentro de um estudo de acontecimentos elegidos (Henriques, Leite e Júnior 2015). Neste aspecto, será feito uma análise do fenômeno de instabilidade política nos Estados Unidos durante a campanha eleitoral de 2016.

Por sua vez, a escolha por um estudo de caso é preferida em virtude da sua concepção metodológica de priorizar a profundidade do conhecimento produzido, o que remete a trabalhar a explicação de processos complexos através de especificidades, mas que não distancia-se da totalidade do que se investiga, o que condiz com a pretensão do presente projeto de pesquisar o impacto da mídia nas democracias, levando em conta que o fenômeno repercute em outras democracias além do Estados Unidos. Assim será possível esclarecer variáveis pertinentes ao caso analisado de forma que possa analisar os resultados e processos dos fenômenos elencados na pesquisa (Henriques, Leite e Júnior 2015).

A concepção de democracias avançadas parte do referencial teórico de Robert Dahl que define-as como aquelas que possuem índices avançados de desenvolvimento econômico e das garantias institucionais de direitos políticos propostos a coexistirem nos regimes democráticos, como é o caso da França e do Reino Unido. A escolha do recorte advém de pesquisas acadêmicas com apontamentos constantes sobre a falta de crença nos regimes democráticos, vastíssimo em democracias antigas, como os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e outros países europeus. A pergunta norteadora do artigo é: **em que medida o controle das informações por grupos políticos pode ser prejudicial para um sistema político democrático, mesmo sendo uma democracia avançada?**

A primeira seção traz as contribuições dahlsiana sobre formulação de preferências políticas, erguendo apontamentos dos efeitos que a evolução





tecnológica gera aos processos de formular e exprimir preferências políticas. Em seguida, é debatido os desafios da consciência cívica, encarando a insuficiência participativa do público nos processos e eventos políticos. E, complementarmente, retrata-se as modificações que a mídia recebeu e projetou, ecoando desafios latentes à integração política dos cidadãos.

Posteriormente, serão analisados os fatores da conjuntura contemporânea que contribuíram para o fanatismo político pôr os arranjos democráticos em riscos. Nesta seção é dialogado reflexões dos impactos neoliberais causados aos grupos afetados com o desmonte da assistência pública. Subsecutivamente, será feito uma leitura dos grupos políticos engajados ao comportamento incendiário de Trump para compilar as causalidades do fenômeno de ataques partidários intransigentes da campanha eleitoral de 2016. Colocando, portanto, descrições e reflexões de conjunturas e estruturas proporcionadoras do desentendimento político que abalou, em certa medida, o sistema político dos Estados Unidos durante este cenário.

A pesquisa também pretende acrescentar alicerces explicativos e ilustrativos da centralidade que a mídia³exerce nas relações internacionais, apesar de sua importância postergada nas abordagens acadêmicas de Relações Internacionais (Marinucci 2008). Portanto, a mídia é inserida na pesquisa como ator que intervém na opinião pública.

Apesar da academia de Relações Internacionais não colocar a mídia com destaque enquanto interventor das relações internacionais, alguns arcabouços teóricos mencionam, por vezes, formas de enquadrá-las, como Robert Cox, destacando a relevância das instituições e sua propagação de ideias, exercendo forças sociais. Proporcionado, de tal modo, visibilidade aos demais atores que compõem as relações internacionais como: sociedade civil, a mídia e outros (Marinucci 2008).

Por outro lado, o ensaio de Onuf (2001) agrega ao campo das Relações Internacionais com uma abordagem construtivista, a compreensão de que as representações sociais narradas são capazes de gerar construções sociais normativas a partir de representações parciais e altamente seletivas do que foi desejado exibir. E, portanto, abre caminhos à percepção do papel da mídia nas relações internacionais para além de mero instrumento.

3 Meios de comunicação e tecnologias de informação cujas menções no campo de estudo das Relações Internacionais são frequentemente colocados como fatores coadjuvantes do desenvolvimento teórico sobre os efeitos econômicos, políticos e culturais que afetam e transformam o mundo da política internacional.





1. Preceitos de Robert Dahl sobre democracia

A concepção de democracia é atribuído ao sistema político que seja em parte ou inteiramente responsivo com as preferências dos seus cidadãos, evitando distinções políticas e garantindo a todos que compõem o sistema político contemporâneo de democracia oportunidades plenas de formular suas preferências, expressá-las e tê-las consideradas na conduta do governo. Ao avaliar o grau democrático das instituições contemporâneas, comparando-as entre si e usando a referência da concepção ideal de democracia, tais avaliações mostram-se úteis para imaginar e promover instituições políticas apropriadas às realidades sociais estudadas (Dahl 1997)

Oportunidades de participação e competição no sistema político dispostas aos cidadãos não são suficientes para avaliar estes regimes, portanto, Dahl (2014) parte do pressuposto de que as garantias proporcionadas pelas instituições precisam ser avaliadas, pois possibilita ordenar contundentemente as variações de responsividade dos Estados em assegurar essas garantias, podendo fornecer mecanismos robustos de averiguação dos requisitos necessários para os regimes serem quase, aproximadamente ou plenamente democráticos.

A garantia de que as pessoas possam formular e exprimir suas preferências é um dos requisitos que os regimes democráticos devem ter para evidenciar se a igualdade política e a soberania popular estão ou não consonantes com os processos de votações e concretude das decisões políticas. Assim, preferências individuais devem ser analisadas em sua participação nas etapas que antecedem, ocorrem durante e posteriormente as eleições dos líderes políticos (Dahl 1997).

Nesse sentido, a formação de preferências políticas é associada as informações recebidas e processadas pelas pessoas que verificam sua relevância aos seus interesses individuais e coletivos. Todavia, esses processos podem ser afetados quando alguns atores políticos veiculam informações com intuito de incentivar alteração da interpretação das informações fornecidas. Tal efeito demonstra as probabilidades de existir interferência na formulação de preferências políticas das pessoas (Druckman e Lupia 2000).

Formular e exprimir preferências sublinha a importância da cidadania informada, os cidadãos são condicionados a deter capacidades de eleger quem represente seus interesses, portanto, precisam de informações acerca das alternativas de representantes que precisam eleger. Contudo, o controle da informação e sua distribuição desigual, condiciona uma estrutura onde alguns





grupos políticos possuem vantagens de influência sobre os demais, prejudicando alguns de analisar criticamente sua opção de representante. E, também, “muitos cidadãos têm uma compreensão deficiente das políticas que terão consequências diretas e importantes para seus interesses básicos” (Dahl 2014, 7).

Para Dahl (2012), um país avançado é situado com vulnerabilidade democrática quando há uma distribuição limitada de recursos políticos para as pessoas exercerem seus papéis sociais como parte do *demos*. A igualdade política é um meio e um fim crível para a distribuição justa de liberdade, assim como de oportunizar chances equitativas de autodesenvolvimento das pessoas. As deliberações coletivas são mecanismos e justificativas da democracia representativa, são processos inerente às capacidades e oportunidades dos cidadãos de se inserir na agenda política, acompanhá-la e fazerem parte dela. Portanto, as desigualdades de capacidades e oportunidades devem ser abrandadas.

A democracia sofre ameaças com as assimetrias de recursos econômicos entre os cidadãos no momento em que o trabalho torna-se o eixo centralizador da vida social. São as relações sujeitas ao trabalho, o caráter de poder, autoridade e controle que revela o quanto ele afeta incisivamente as questões da vida cotidiana, como: o autodesenvolvimento, o status, o consumo, a liberdade pessoal e dentre outros. Os recursos políticos são atrelados aos recursos econômicos, quem precisa consumir algo depende de sua renda e, notoriamente, sabe-se que caso a distribuição econômica não seja suficientemente igual, haverá marginalização das pessoas inaptas a consumirem algo (Dahl 2012).

A ordem econômica de um país democrático avançado, em certa medida, entra em discórdia com certos eixos da concepção democrática, assim que as disparidades sociais e econômicas se tornam conflitantes. Dahl introduz essas questões quando o crescimento da desigualdade ao redor do mundo com a transformação do capitalismo industrial em corporativo, provocado, em parte, pela amplificação do individualismo liberal, germinou e desenvolveu uma sociedade de consumo, reduzida a garantir seus direitos ao consumo pela liberdade em detrimento da tolerância da distribuição desigual de recursos sociais e econômicos, os quais são também políticos (Abu-El-Haj 2008).

O neoliberalismo⁴, responsável por desestruturar os padrões de vida da classe média e trabalhadora do Norte global, bem como fragilizar a proteção

4 Uma esfera de políticas privatizadoras dos serviços públicos que minimizam o Estado social em detrimento de uma exaltação da liberdade embora, ainda contida por um conceito raso da concepção econômica clássica do pensamento keynesiano.





dos empregos até o definhamento da qualidade e oportunidade de acesso à educação, permanece gerando desafios para algumas democracias. Além disso, a crescente segmentação do consumo de mídia na contemporaneidade transmite desafios as democracias ao passo que o acesso desigual a meios de formular e exprimir preferências impactam a sociedade (Brown 2019). À vista disso, Dahl (2012) aponta o avanço e transformação da tecnologia de comunicação como ferramentas contributivas e perigosas à participação dos cidadãos nas discussões políticas, principalmente, ao enfatizar que elas não são suficientes para aquisição da consciência cívica.

Nessa conjuntura, cabe-se destacar uma das críticas ao estudo clássico de Almond e Verba (1963) cuja postulação sobre cultura política se limitou ao campo das ideias, pressupondo que os cidadãos eram ativos e informados de forma racional diante de sua relação com a política, mostrando, de outra forma, pouca compatibilidade com o mundo real e os eventos políticos que provam o contrário, conforme abordará a segunda seção.

Em tal caso, conforme destaca Huntington (1975), quando uma sociedade torna-se complexa e heterogênea, maiores são as necessidades de haver instituições políticas que moderem os rumos do poder que cada grupo exerce enquanto uma força social. Isso posto, é imprescindível que haja a obrigação de um código de comportamento, princípio ou objetivo em comum para existir autoridade e ordenamento por parte das instituições políticas. Portanto, quando não atendido estes recursos, maiores os riscos de fragilidade das instituições políticas e mais enfraquecido fica o desenvolvimento do Estado diante da evolução da sociedade.

2. Desafio da consciência cívica: implicações da formulação de preferências

De acordo com Porto (2003), o **dilema democrático** consiste na incongruência do processo de formação da opinião pública, ocorre à medida que os cidadãos não respondem a teoria democrática conforme o idealizado, os quais devem tomar decisões racionais na formulação e expressão de suas preferências. Todavia, esse dilema é limitado por muitos autores da escolha racional a obtenção de informação como requisito maior para se alcançar uma competência razoável de consciência cívica, sem pautar incorporações de habilidades em interpretar a realidade e





elaborar significados, visto que a informação se estrutura simbolicamente e contribui na formação dos atos de interpretação.

Assim, poucos recursos são colocados por esses autores, como Anthony Downs, Kenneth Arrow, Gordo Tullock, James Buchanan e George Stigler, sobre o entendimento do dilema democrático a partir da compreensão de como os indivíduos processam as informações dispostas. A mídia transforma a esfera política e remodela o instrumento usual dos líderes políticos de se comunicarem com a população, o que lhe dá uma centralidade e os tornam responsáveis pela forma como influenciam o comportamento político das pessoas (Miguel 2000).

Tentando avançar nas respostas ao dilema democrático, Porto (2003) desenvolve o **modelo cidadão interpretante**, acrescentando questões de cognição, estrutura política e enquadramentos da mídia a fim de abranger o entendimento do processo de formação das preferências políticas. O que, por outro lado, não foi destacado pelos autores Almond e Verba (1963), que introduziram o tema da cultura cívica de forma limitado, tratando somente do que deveria ser a consciência cívica, faltando, por sua vez, debater como ela pode ser alcançável no mundo real diante de obstáculos concretos.

Desta maneira, sabe-se que a depender da forma como são expostos os temas e eventos políticos pelos ambientes comunicacionais e políticos, a mídia pode desenvolver papéis de influência na estruturação de alternativas informacionais e dos enquadramentos interpretativos que os cidadãos usam para elaborar suas preferências políticas. Sendo assim, o risco da realidade política ser interpretada de forma equivocada é menor à proporção que há mais opções informacionais e interpretativas para população tomar sua decisão, evitando um processo de interpretação raso (Porto 2003).

Logo, a mídia é uma grande provedora dos enquadramentos interpretativos que abordam os assuntos da esfera pública, gerando ações significativas nos processos de interpretação dos temas e eventos políticos pela sociedade. Seus enquadramentos das interpretações políticas podem servir para manipular os grupos desprovidos de senso crítico por grupos economicamente poderosos, já que os conteúdos exibidos nas mídias vinculam-se às formas que as pessoas interpretam os eventos político-sociais (Porto 2003).

Deste modo, notar os interesses corporativos permite compreender os desafios que os civis enfrentam de acessar informações de modo amplo e com credibilidade. Ainda mais, com o mercado dos meios de comunicação obtendo uma competitividade exígua, o que acaba por favorecer os meios de veiculação





a terem um viés favorável a grupos que investem na estrutura da propriedade midiática, por exemplo, os anunciantes. Principalmente, sabendo do papel dos meios de comunicação em fornecer às pessoas comuns um “canal” para se situar sobre a esfera política e agirem diante do que relatam sobre ela (Miguel 2000).

Usar os meios de comunicação para construir uma vontade coletiva que os legitime nas batalhas políticas é do interesse de alguns grupos políticos, o que, por outro lado, prejudica o papel da mídia de favorecer seu princípio de gerar debates públicos (Miguel 2000). Nos meios de comunicação de massa da era televisiva as práticas de indução dos comportamentos das pessoas são contumazes, os estímulos simbólicos de representação da realidade emergem da mídia (Castells 1999).

O meio televisivo representa a facilidade comunicacional, as pessoas consomem a mídia por ela se tornar um recurso, um produto básico, ela não é atividade exclusiva (Mcluhan 1994). Tal característica faz com que o apelo ao associativo lírico seja mais presente do que o analítico, posto que o processamento das mensagens é ininterrupto devido ao alcance imenso que as altas projeções ilustrativas e narrativas podem difundir. Neste aspecto, a mídia audiovisual com os estímulos simbólicos e seu modo de difundir-se causa impacto no processamento das mensagens, podendo serem emitidas de forma subliminares ou explícitas e com pretensões diversificadas, o que acaba modificando a linguagem da comunicação social (Castells 1999).

O meio pelo qual a mensagem é difundida torna-se capaz de moldar e controlar tanto a forma como a densidade da ação humana, na medida em que a mídia é uma extensão do ser humano e suas relações. Nesse aspecto, os efeitos causados na sociedade pela mídia não devem ser reduzidos a uma entonação diferenciada de comunicação (Mcluhan 1994).

Por efeito, tal debate recorda a aparição da abordagem construtivista tanto na Sociologia como nas Relações Internacionais, ao passo que os construtivistas consideram que ideias e valores determinam a relação do agente com o mundo material, pois desempenham uma função importante na formulação do conhecimento sobre o mundo. Essa reflexão advém da virada linguística, a qual concebeu a metodologia da análise do discurso meios mais robustos de compreender a análise dos eventos sociais em geral, haja vista que os discursos são representações sociais narradas que podem gerar construções sociais normativas a partir de representações parciais e seletivas do que foi desejado exibir (Onuf 2001).





3. A transformação da mídia

A construção do mundo midiático por uma comunicação modelada em linguagens sintéticas permite a projeção exponencial das identidades políticas no sentido insidioso. E com a perda das avaliações dos méritos e deméritos propostos no debate público, o uso da internet e de outras plataformas ao fomento de discussões cívicas são anulados (Castells 2018). Logo, as novas tecnologias de comunicação desenham uma sociedade segmentada, determinando conquistar massas de audiências específicas, por valores e ideologias que dialoguem com públicos focais (Ito 1991).

A estrutura global que o ambiente televisivo assume de difundir mensagens a cada cultura e grupo social reforça a emblemática proposição do McLuhan de que o meio é a mensagem, confirmando que ela se tornou pura comercialização. Cada vez mais, programas de televisão alteram a forma de veicular a mensagem para produzir um vínculo realístico com os espectadores alvos (Castells 1999).

A mídia televisiva assumida como mercadoria, enquanto uma economia da informação (Briggs e Burke 2009), revela a exclusão que pessoas com vulnerabilidades econômicas vivenciam na era informacional (Castells 1999). Por isso, condições de participação na esfera pública são fatores decisivos para as pessoas tomarem decisões coesas, visto que competências adquiridas de forma desigual podem dificultar os indivíduos a se posicionarem coerentemente (Miguel 2000). Aliás, a comunicação digital que buscava criar redes que formassem uma comunicação simétrica acabou sendo banalizada com a sociedade exercendo papéis de remetente e produtor ativo de informação, dado que o imediatismo da era da informação torna excludente as funções de mediação adequada do ambiente informacional (Han 2018).

Porquanto, a banalização do espaço midiático nas redes sociais esfarela a pouca capacidade de mediação da comunicação quando o excesso de sensação de transparência iludem os cidadãos, ao mesmo tempo que agrava a indignação deles diante de um ambiente domado por ambiguidades informativas. Esses efeitos transferem-se aos processos políticos fatigados devido uso extremo do escândalo como forma de política, domando os cidadãos por ambiguidades informativas que ativam a ruptura da crença na instituição democrática e seus adereços (Castells 2018).





A era digital destaca o contexto das enxurradas de informações sufocando o intuito de dialogar, fazendo sua acelerada circulação refletir em alguns distúrbios psíquicos, caso da Síndrome da Fadiga de Informação que deixa a sociedade contemporânea entregue ao cansaço da informação que é deformadora (Han 2018). E, a capacidade dos cidadãos, com poucas aptidões de cognição para interpretar as realidades políticas, de se situar nos debates políticos e tomar decisões coesas são rudemente restringidas (Porto 2003).

A era da informação norteada pela comunicação digital reforça as fragilidades das condições para o exercício da cidadania informada, sugerido por Dahl (2004) como um dos requisitos basilares da democracia representativa. As redes sociais impactam os processos sociopolíticos contemporâneos à medida que os ambientes das mídias se articulam as práticas sociais devido sua complementaridade, visto que determinados aspectos das práticas sociais desdobram-se com a presença dos ambientes das mídias (Martino 2019).

Nesse enquadramento, as redes digitais alteram características subjetivas e culturais dos modos de ser com novas práticas de expressão e comunicação nas redes sociais que podem provocar impactos sociopolíticos desfavoráveis (Sibilia 2008). Portanto, encarar a comunicação na concepção social concebe, de tal maneira, uma compreensão crítica de que os ambientes de comunicação são desdobradores da constituição de realidades, o que permite investigar a transformação do mundo/processos sociopolíticos, pela mídia.

Ressalta-se que movimentos da extrema direita recorrentemente utilizam plataformas de baixos custos como *Twitter* e *Facebook* para se conectarem com outros movimentos sociais extremistas compatíveis com seus objetivos políticos, bem como para produzir uma representação de potência. Essas causalidades surgem das divisões culturais nos debates políticos e nas alterações de identificação de eleitorados, antes divididos com mais frequência entre pautas econômicas a respeito do papel do Estado e do mercado, o que muda na agenda política contemporânea com a inserção dos debates sobre valores pós-materialistas e socialmente liberais como liberalização sexual, igualdade de gênero, respeito aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e outros. Com o advento dessa mudança político-social, ergue-se em contrapartida, uma reação cultural de grupos sociais conservadores e a partir disso, a politização das identidades sociais recebem pesos consideráveis ao âmbito da rivalidade partidária, contudo, com aspectos intransigentes (Norris e Inglehart 2019).





4. Respostas à crise neoliberal: gabinete dos outsiders políticos do século XXI

O capitalismo corporativo do século XXI destaca uma alteração social, as pessoas são caracterizadas como sujeitos do desempenho pelo *modus operandi* da competitividade social associado a comercialização das fontes máximas de poder hábil. O filósofo sul coreano, Han (2018) destaca, em “A Sociedade do Cansaço”, que a dialética da liberdade se autotransforma em aparato de coação do desempenho dos corpos e mentes humanas dentro do sistema de mercado competitivo, propiciando um colapso psíquico nas pessoas em função da procura individual das pessoas de superarem a si mesmas por um inconsciente social.

À custa disso, designam a criação de uma racionalidade com princípios que orientam o *homo oeconomicus* a se sujeitar ao aprimoramento do capital humano. Prontamente, o neoliberalismo reposiciona o Estado a uma “governamentalização” do mercado, o qual se fortalece com o enfraquecimento da socialdemocracia, partindo do pressuposto que a razão neoliberal é viabilizada e amparada pelo mercado, ao instituírem que os indivíduos são independentes e competidores do seu desempenho sendo, portanto, capazes de resgatar seus recursos sociais (Brown 2019).

Em contrapartida, o ataque ao Estado social nasce de um projeto construído por uma cultura antidemocrática, sendo-a inserida pela máscara do privatismo liberal nas ordens capitalistas. Um reflexo disso são as escolhas de Trump às chefias das instituições norteadoras do gerenciamento de bem-estar social por pessoas inexperientes no trabalho de políticas públicas, mas que são *experts* no *modus operandi* empresarial. Por exemplo, a indicação de Kushner⁵ e outros ultra ricos que maquinam um governo plutocrático (Brown 2019).

Não obstante, a globalização que solapou as economias nacionais é a mesma de quem teve proveito das políticas neoliberais que potencializaram as desigualdades econômicas e sociais com suas crises, caso da bolha imobiliária de 2008. Por outro lado, as perdas de empregos causadas foram atribuídas aos migrantes e minorias beneficiárias de cotas escolares.

A partir disso, a polarização social ergue-se, em determinados grupos com os efeitos do capitalismo financeiro global que promoveu a separação dos grupos

5 Investidor e promotor imobiliário, proprietário de jornais e conselheiro do ex-Presidente Donald Trump.





cosmopolitas de alguns trabalhadores locais desvalorizados, os quais são eximidos do avanço tecnológico e descentralizados da nova indústria (Castells 2018).

Segundo Hobsbawm (1995), os “cinturões de ferrugem”⁶ vivificam a própria ferrugem desde que a evolução tecnológica propagou crises e pressões econômicas, enfaticamente a neoliberal, com o desmonte das políticas assistenciais dos setores mais enfraquecidos dos trabalhadores. Neste cenário, a coesão social é dissipada com a latente estratificação entre os trabalhadores considerados qualificados por se adaptarem à era da produção de alta tecnologia e os que não ficaram excluídos dela.

Advindo dessa lógica irrestrita do mercado, a desigualdade se acentua e o distanciamento do Estado simboliza para muitos uma crise de representação de seus interesses, criando suspeitas e descrença dos processos democráticos (Castells 2018). Evidentemente, a configuração é um ambiente fértil para aparição e desenvolvimento de *outsiders* populistas que conquistam aparição e sensibilização pública em contextos de fragilização econômica e social (Levitsky e Ziblatt 2018).

Os avanços antidemocráticos eclodem com a subordinação do político aos mecanismos econômicos. Os direitos políticos e econômicos são dependentes, a existência do primeiro não é equivalente sem o segundo. A consciência cívica que os cidadãos exercem depende de ambas para estarem como iguais nas deliberações públicas para exercerem seus papéis político-sociais (Abu-El-Haj 2008). Portanto, deve ser lembrado que as mudanças sociais, as alterações das conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas fazem parte também da formação de opinião do público (Dewey 1954).

5. Analisando os eleitores de Donald Trump

De acordo com Eatwell & Goodwin (2018), a turbulência econômica após a crise de 2008 não foi a causa primária para firmar o núcleo do eleitorado de Trump, o que se obteve foi uma coalização entre grupos distintos da sociedade unidos em valores e objetivos comuns. Portanto, Donald Trump estava mais focados em ecoar mensagens específicas aos que representavam metade do seu eleitorado.

6 Refere-se à área de industrialização extensa dos Estados Unidos do século XX que entrou em decadência com a transferência de fábricas para o oeste devido ao aumento da automação. O termo em inglês é “*Rust Belt*”, podendo ser traduzido também como Cinturão da Manufatura (*Manufacturing Belt*).





Na pesquisa de Ekins (2017), as motivações e prioridades de sua comunicação concentrava-se no grupo listado como **conservadores firmes e apoiadores do mercado livre**, simbolizando 31 % de seu eleitorado. Eles eram identificados por fidelidade ao tradicionalismo moral, era uma classe média alta que encaravam a religião cristã como a verdadeira identidade dos estadunidenses, posicionavam-se com rispidez ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e indicavam a existência de uma discriminação a pessoas brancas.

Esse eleitorado consente com as propostas neoliberais de desmonte da provisão pública, haja vista as condições que o desmonte da democracia liberal propiciavam para eles (re)cristianizar a esfera pública, permitindo contestar os princípios basilares da democracia como igualdade e pluralismo ao se afirmarem em denúncias de excedimentos do Estado, os quais dizem colocar em risco sua liberdade religiosa e de expressão, enquanto cristãos. Com forte investimento da *Alliance Defending Freedom* (ADF)⁷, a deslegitimação da democratização dos poderes sociais se promove com retóricas desse grupo de conservadores que enfrentam as agendas de direitos reprodutivos, como o aborto legal e as pautas LGBTQIA+ como “ameaça” aos seus direitos de liberdade individual de exercer sua fé publicamente (Brown 2019).

A mesma instituição dispõe de programas de bolsas jurídicas para advogados que declaram compromisso aos princípios da ADF de repelir o casamento gay e os direitos relacionados ao aborto, os quais tentam converter o direito privado numa liberdade pública, tornando-se um poder predatório que rechaça os direitos fundamentais da Primeira Emenda. Deste modo, buscam firmar uma jurisprudência com fortes vínculos aos princípios cristãos fanatizados por conservadores da administração Trump, como é o caso do vice-Presidente Pence e a Ministra da Educação Betsy Devos que fazem parte e colaboram financeiramente com a instituição que prolifera a nomeada “esfera pessoal protegida” em detrimento de poderes desigualitários de gênero, raça, sexualidade e classe (Brown 2019).

Outro grupo visado na estratégia de Trump foram os **Preservacionistas**, ilustrados como 20% do seu eleitorado, representando os grupos sociais de baixos rendimentos financeiros e com quase nulo acesso à educação formal. Todavia, eram os maiores consumidores de conteúdos televisivos e pouco informados politicamente, afirmando consumir mais a *Fox News* do que outros canais de

7 Uma instituição de caridade dos Estados Unidos com ênfase internacional na legislação de liberdade religiosa.





transmissão de notícias. Estes, também, acreditam que haja uma discriminação a pessoas brancas e declararam abertamente que a identidade americana não deve ser representada de forma plural (Ekins 2017).

Há também um representativo número de mulheres que se engajam e assumem concordância a políticos como Trump, representando cerca de metade das que consentem com as atitudes e discursos ofensivos dele (Eatwell e Goodwin 2018). Todavia, tal gravura não é nova, nos períodos de pronunciamentos e ações hostis, o apoio à McCarthy em sua missão de enfrentamentos dos comunistas durante a Guerra Fria foi amparado por mulheres, as quais correspondiam, na década de 50, cerca de 41% do eleitorado cativante dos republicanos, sendo retratadas nos noticiários como o Gabinete de Cozinha do macarthismo (Lepore 2020).

A polarização sectária, para alguns, sustenta-se das mudanças sociais que são retroalimentadas por ressentimento social gerado a partir da drástica perda da estabilidade no emprego provocada com as mudanças econômicas (Kramer 2016). Nesse aspecto, o impacto de favorecimento às propostas de Trump são intensificadas por questões de choques culturais e, para alguns grupos, pela junção das questões de desigualdade econômica agravadas com os efeitos da austeridade da crise de 2008.

Também, deve-se encarar que grandes modificações sociais nos Estados Unidos não se deram por unanimidade de todos os grupos sociais do país, a questão da segregação racial nas escolas se ampliou mediante a repercussão da imagem do país no exterior por jornais estrangeiros, visto que o cenário de Guerra Fria pressionou seus líderes políticos a encararem a incoerência do país defensor do “mundo livre” ser conivente com ações de discriminação racial em seu próprio território. Somente tornando-se uma questão de segurança nacional, frente às disputas por influência com a URSS foi que os Estados Unidos buscaram apresentar interesse para com os direitos políticos desse grupo social (Lepore 2020)

6. Analisando o Trumpismo: o que há por trás do “Make America Great Again”?

A fim de desfavorecer algumas garantias democráticas, o neoliberalismo busca prejudicar a igualdade política ao nomear medidas de justiça social como “ações tirânicas”, reduzindo a importância de ações afirmativas que buscam reparar





as estratificações históricas de exclusão das minorias. É com a privatização do Estado social que justificativas banais de reivindicações da liberdade individual em detrimento das proteções sociais são germinadas (Brown 2019).

A racionalidade neoliberal forneceu um niilismo que construiu a imagem totalitária sobre os que falam de políticas igualitárias. A edificação da igualdade formal, sem dar destaques às condições e situações restritas que os outros têm para exercê-la, fez da liberdade um instrumento de poder de mera licença pessoal. Por exemplo, qualquer ação contra negligências sociais cravadas por legados de opressão, eram representadas como lamúrias infundadas, ou, segundo Thatcher: uma política da inveja (Brown 2019).

Conforme apresenta Levitsky e Ziblatt (2018), o sistema político norte-americano presencia uma densa animosidade política, encarando que entre 70% dos democratas e mais de 60% dos republicanos declaram estar com medo de como o outro partido pode agir politicamente. Nesse sentido, um dos aspectos que engajaram esse cenário foi a separação de eleitores e representantes políticos em campos homogêneos, evidenciando por qual motivo as diferenças identitárias estão marcando a polarização do povo americano.

A separação política evidencia por que as diferenças ideológicas estão marcando a polarização nos Estados Unidos, posto que alguns fatores emergem do triunfo do movimento pelos direitos civis que foi um desdobramento de outras emancipações étnicas que pressionaram uma remodelagem dos valores e abordagens políticas que os partidos adotavam. Com isso, grupos específicos transmutaram-se de um partido para outro, caso dos republicanos com representantes da direita cristã que retratam 80% do eleitorado evangélico interessado em 2016 nos representantes do partido (Levitsky e Ziblatt 2018).

De acordo com Bishop (2009), o advento da internet e das redes sociais gerou uma dinâmica de bolhas de interesses que aguçou as divisões dos desdobramentos dos movimentos por direitos civis da década de 1950 a 1970, o que demonstra o cenário da campanha eleitoral de 2016. Em pesquisa do *Pew Research Center*, a crítica proeminente dos democratas aos republicanos é de seus membros terem “a mente mais fechada”, enquanto, quase metade dos eleitores republicanos encaram os democratas como imorais. Já os considerados “independentes” mostram inclinação a um partido a partir de concepções negativas que possuem do outro, sem concordarem com as propostas políticas do partido escolhido, segundo os dados da pesquisa supracitada, 30% demonstra compreender os efeitos das propostas políticas da sua escolha partidária (Doherty, Kiley e Jameson 2016).





Diante disso, encontramos os efeitos que a transformação da mídia ressoou na sociedade estadunidense em consequência da esfera pública consumida por uma lógica neoliberal, evacuando a empatia cívica que deveria ser o alicerce da conquista plena de igualdade política por todos. O espaço digital, assim, pode ser visto, como fomentador de uma sociabilidade ilusória, da qual não oferta ferramentas robustas de fortalecimento dos laços sociais (Brown 2019).

Condizente às ilustrações de Levitsky e Ziblatt (2018), a mídia faz parte da construção do populismo nacional, somente em 2010 quase 70% dos eleitores republicanos comprovavam serem espectadores dos canais de mídia declarados partidários, caso da *Fox News*. Sendo este canal televisivo representante do prolífero camarim dos legitimadores de discursos incivis, como Rush Limbaugh⁸, Laura Ingraham⁹ e outros, que firmavam ataques deselegantes aos democratas e também linchavam quem fugisse das agendas obstrucionistas.

Todavia, as normas não escritas de tolerância mútua entre os partidos políticos nos Estados Unidos erguidas silenciaram pautas de exclusão racial com intuito de suprimir qualquer proposta que provocasse divergências políticas. A Guerra Civil, por exemplo, possibilitou ser uma ilustração candente, com inúmeros casos de violência física registrados na história estadunidense de que feios e contrapesos devem existir nos regimes democráticos (Levitsky e Ziblatt 2018).

Conforme recorda Angela Davis (2018), o movimento pelos direitos civis surge devido à ineficiência da Proclamação de Emancipação e da 13^o Emenda de proporcionar condições da população negra exercer a cidadania plena. O movimento evocava problemas aludidos a todo país, solicitavam direitos civis de participação ativa no ambiente político e também focavam em resgatar a liberdade econômica que foi retirada das pessoas negras e inibiram suas chances de acesso à educação, saúde, moradia e entre outros recursos.

Neste aspecto, o afastamento das liberdades concretas da população negra na agenda política do aparato estatal, demonstra o quão problemático é fornecer direitos rasos que promovem a igualdade artificialmente (Davis 2018). Não houveram alterações efetivas com a conquista dos direitos formais para minar a desigualdade econômica entre questões de raça e gênero, pois a lei não se submete a encarar sob quais condições, por exemplo, uma pessoa pertencente à comunidade negra do subúrbio cometeu uma infração (Davis 2019).

8 Iniciou a carreira como radialista, com o passar do tempo ficou conhecido como ativista político e comentarista conservador norte-americano.

9 Jornalista estadunidense com histórico de aproximadamente vinte anos trabalhando para a *Fox News*.





Os problemas sociais retratam, assim, sua conexão às ausências de liberdades concretas, o que, por conseguinte, não é acaso notar o fornecimento de uma indústria da punição ao invés do desenvolvimento de instituições sociais que ajudem as pessoas na conquista de vidas mais satisfatórias. Os cárceres costumam ser ocupados majoritariamente por pessoas que cometem infrações rasas, caso das mulheres negras condenadas por tráfico de drogas, a maioria segue tal alternativa devido às restrições impostas em suas trajetórias de vida (Davis 2019).

7. A política do escândalo: o papel da mídia ao fortalecimento do Trumpismo

Precisão científica não foi prerrogativa das notícias dispostas na internet durante o ataque terrorista às torres gêmeas, teorias da conspiração ganharam atenção em dobro nesse período. A exemplo disso, teve-se o *Infowars*, elaborado pelo radialista Alex Jones, demonstrando o poder de sua campanha virtual de “promulgação da verdade” ao incentivar suposições de que o Governo Federal dos Estados Unidos foi responsável pelo ataque do Onze de Setembro, criando, assim, um grupo político conhecido como: *truthers* (Lepore 2020).

À vista disso, anos de agressão ao Estado e à Imprensa promoveram um público totalmente descrente em ambos. Posteriormente, transformados os *truthers* em *birthers*: grupo focado em provar que o primeiro Presidente afro-estadunidense não era americano, dentro de um ambiente frenético, com explicações que contentava as pessoas do seu próprio imaginário político (Lepore 2020). Mesmo com o favorecimento do aumento da integração humana em redes, as barreiras de diálogo não permitem que os laços orgânicos sociais fluam na internet (Castells 1999).

À vista disso, o nacionalismo cristão é um dos focos da campanha eleitoral de Trump que estaria disposto em apoiá-lo até mesmo com ele envolvido em escândalos, a promoção da própria agenda moral de forma intolerante surge como uma alternativa para este grupo extinguir as elites culturais que firmam a extinção do privilégio e monopólio do poder da branquitude. Assediam e cometem injúrias a sua própria tradição moral, conforme descreve o lema deste grupo “é a única alternativa”: TINA¹⁰ (Brown 2019).

10 Acrônimo do inglês para “There is no alternative”, slogan político visto com frequência nos períodos da administração Thatcher, enquanto Primeira-Ministra que juntamente com Reagan eram maiores entusiastas do neoliberalismo.





Em vista disso, a questão da identidade não é anedótica, pois as motivações dos movimentos da extrema direita que conquistam visibilidade com recrutamento de pessoas identificadas entre si como marginalizadas socialmente tem provado o contrário (Castells 2018). A ausência de moderação do avanço da internet e suas extensões na busca e seleção das informações disponibilizadas mostraram as implicações agudas que a falta de comprometimento de certas indústrias da era de conhecimento desenvolvem à política, pois focam mais nos lucros do que com os efeitos que eles podem transmitir ao interesse público.

A comercialização da mídia e distanciamento da mediação das informações concedeu espaço para o hiperindividualismo, com ações excêntricas de blogar, publicar e tuitar o que convinha ao lucro. Algumas redes de informação como a *Fox News* iniciam um processo de transmitir mensagens para audiências específicas e também as encorajam a seguirem determinados comportamentos (Han 2018)

Glenn Beck, uma personalidade midiática de forte vinculação a direita política norte-americana, promoveu quadros que reforçavam comentários de comparação do Obama a Mussolini, no seu programa da emissora *Fox News*, quebrando recordes históricos de audiência, o que lhe concedeu uma popularidade inestimável. Ele modificou sua forma de proferir suas mensagens ao destacar afirmações de que a presença do Obama, enquanto Presidente, representava uma traição aos pais fundadores do país, atraindo animosidades que vivificaram o ódio racial, mobilizando grupos a instituírem um movimento nomeado *Tea Party* com comícios nas ruas das cidades de todo o país, exibindo cópias da Constituição e cartazes estritamente racistas (Lepore 2020).

O *Tea Party* e outros movimentos ligados à extrema direita são destaques ao ressentimento das políticas assistenciais de imigração, fora que são contra a conquista de um Presidente afro-estadunidense, o que traz recordações do caso Dred Scott em 1857 que foi ressuscitado por Beck no seu programa, recordando quando o Chefe de Justiça, Roger Taney, ecoou as propostas de evitar que qualquer pessoa de ascendência africana estivesse apta a ser considerada um cidadão americano. Por sua vez, essa contextualização torna visível o porquê dos cartazes de pedido de impeachment ao Obama com o lema: ele é inconstitucional (Lepore 2010).

Nesse aspecto, abordar a comunicação como uma organização simbólica, ao invés de instrumento informacional, por um nível crítico-cognitivo, proporciona uma compreensão robusta da transformação do mundo por forças sociopolíticas das tecnologias de mídia, ao passo que cada novo meio comunicacional reflete





a alteração realística de um mundo (Sodré 2014). O caso do movimento político *Tea Party* reflete algo similar a invasão do capitólio em 2021, uma vez que as redes sociais assumem aspectos funcionais de ação política, lhes configurando habilidades de trabalhar níveis logístico, organizacional e ideológico para tornar a multidão uma força estabilizada e coesa, evitando-a de ser uma aglomeração de pessoas com encontros e diálogos dispersos (Munn 2021).

Todavia, essa força social da mídia não é algo novo, pois é também percebido na constituição da Primavera Árabe emergida em 2010 com os movimentos populares usufruindo das redes sociais como *Twitter, Facebook e Youtube* para disseminar informações e organizar manifestações durante períodos de reivindicações políticas, econômicas e sociais. O que, de tal forma, proporcionou ao povo árabe mecanismos de potencializar a ação de seus movimentos políticos contra o governo autoritário nos seus países, como foi na Tunísia, Egito e Líbano (Bartkowiak et al. 2017). O que não se esperava era seu uso para alimentar retóricas que põem as democracias em riscos.

Nesta conjuntura, o neoliberalismo investe nas tecnologias comunicacionais enquanto um recurso para lucrar com o controle psicopolítico dos indivíduos. A iminência do *big data* e sua capacidade de reconhecer os hábitos digitais das pessoas, proporcionando uma representação mais exata da identidade das pessoas com dados que agrupam informações sobre o comportamento dos indivíduos nas redes sociais e demais extensões da internet, revela a proeminência de comercialização da comunicação. A critério de exemplo, percebe-se o caso da *Axiom*, comercializadora de dados particulares de 300 milhões de cidadãos dos Estados Unidos, dispendo de mais informações sigilosas do que o próprio FBI (Han 2014).

Outrossim, os ataques iminentes de Trump e outros republicanos às normas não escritas de tolerância mútua e zelo às instituições democráticas independentes como a Imprensa, criam um grande dano à democracia, ataques contundentes aos adversários tornou-se a nova linguagem dos republicanos com seu eleitorado. O escândalo, o agir de forma intolerável era o mais lucrativo para essas pessoas, o candidato ao Congresso em 2017, Greg Gianforte, por exemplo, comprovou esse modelo ao conquistar uma cadeira na Câmara por uma agressão explícita ao repórter do *The Guardian* (Levitsky e Ziblatt 2018).

Portanto, propostas como a construção de um muro, com intuito de minar a entrada de imigrantes latinos no país, demonstrou uma das táticas mais elaboradas de distorção dos problemas reais que parte dos americanos operários





enfrentavam com os efeitos do capitalismo global. Porém, entoavam as vozes daqueles que já vivenciavam uma lógica xenófoba latente (Castells 2018). Nesse enquadramento, conforme destaca Judith Butler (2021), os discursos injuriosos não são palavras soltas, pois a linguagem é uma agência, ou seja, é um ato que tem consequências. O discurso é o ponto chave da incitação à violência, pois convence públicos a tomarem ação em detrimento de uma lógica comum que os leva a incitar antagonismos e intensificar constantemente a animosidade a ponto de explodir em ação violenta (Apter 1997).

Sendo assim, o comportamento de Trump frente aos críticos da mídia, mostrando o seu caráter autoritário, quando tuitou ameaças de cassar licenças, como fez com a NBC, evidencia a razão da despreocupação de suas ações gerarem um péssimo exemplo ao seu eleitorado, como foi o caso do vídeo publicado na sua conta do *Twitter* com a montagem de uma cena que apresenta o Trump violentado fisicamente uma pessoa com a logotipo da CNN (Levitsky e Ziblatt 2018). Tratar seus adversários políticos com abusos de poder podem, portanto, serem encarados como meios de corporificar sua base política que se anima e se satisfaz com seu espetáculo de se opor ao outro, de desprezar a lei e de caluniar os fatos, a vontade de potência pode ser lido como o papel que Trump representa aos seus eleitores (Brown 2019).

Considerações finais

Embora os efeitos neoliberais tenham impactado nas condições de acessos aos recursos econômicos favoráveis à classe operária estadunidense, o que tomou conta do movimento populista nacional em favor do Trump foram as retóricas de responsabilizar as políticas de ações afirmativas que deram direitos excessivos aos LGBTQIA + , aos afro-estadunidenses e aos imigrantes.

Por outra, têm-se a atuação de alguns meios de comunicação desde o ataque do Onze de Setembro incitando comportamentos ácidos ao grupo listado como Preservacionista nesta pesquisa, levando, por conseguinte, o uso contrário das tecnologias de comunicação de agregar às garantias institucionais democráticas meios adequados de formular e exprimir preferências políticas. Conforme apresentando na pesquisa, as representações sociais narradas pela mídia são capazes de gerar construções sociais a partir de representações seletivas do que é desejado visualizar e exibir, caso do jornalista Glenn Beck da *Fox News*





em ataque ao primeiro Presidente negro, Obama. À custa disso, trazem efeitos prejudiciais aos regimes democráticos.

Logo, a depender do contexto social, político, cultural e econômico que os grupos sociais estão condicionados, os sujeitos podem desvanecer suas capacidades de gerência de diálogos. Provando-se, assim, o impacto que a mídia exerce nas relações sociais e políticas enquanto ator interveniente, abrindo chances de tais desafios serem replicados em outros cenários nacionais.

Desta maneira, o controle das informações por grupos políticos pode ser prejudicial ao sistema político democrático dos Estados Unidos a partir da ausência de responsabilidade de canais de informação como a *Fox News* de gerenciar a veiculação das mensagens de seus jornalistas que incitavam comportamentos prejudiciais à estabilidade política do país. E, dos meios digitais de informação que desde o acontecimento do Onze de Setembro não solucionam problemáticas de averiguação da difusão de mensagens conspiratórias que prejudicaram e instigaram a proliferação de notícias falsas prejudiciais ao vínculo da população com o aparato estatal e seus adereços, promovendo movimentos antidemocráticos juntamente com os efeitos condicionados pela política neoliberal.

Conforme sublinha Han (2018) os atores responsáveis pela filtragem de conteúdo nas redes sociais (forças sociopolíticas) assumem papéis ímpares na conjuntura sociopolítica que condiciona ambientes informativos ambíguos e meticulosos à disseminação de ódio. Frisado por Levitsky e Ziblatt (2018), a polarização é uma condição inevitável nos regimes democráticos, pois revelam a divergência de ideias, contudo, sua dimensão intransigente é um risco às democracias e aos processos sociopolíticos.

Referências

- Abu-El-Haj, Jawdat. 2008. Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna. *Análise social*, vol. 43, n. 186: 159-80. <https://www.jstor.org/stable/41012625>.
- Almond, Gabriel, Verba, Sidney. 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Apter, David. 1997. *The legitimization of violence*. New York: New York University Press.
- Bartkowiak, Jaqueline Zandona et al. 2017. A Primavera Árabe e as Redes Sociais: o uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. *Revista Cadernos Internacionais*, v. 10, n. 1. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDF>.





- Bishop, Bill. 2009. *The big sort: Why the clustering of like-minded America is tearing us apart*. Boston: Mariner Books.
- Briggs, Asa, Burke, Peter. 2019. *A social history of the media: From Gutenberg to the Internet*. New York: Polity.
- Brown, Wendy. 2019 *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática*. São Paulo: Politeia.
- Butler, Judith. 2021. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Unesp.
- Castells, Manuel. 1999. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, Manuel. 2018. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras.
- Dahl, Robert. 2014. *Los Sistemas Políticos Democráticos en los Países Avanzados: éxitos y desafíos*. In. *Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO. 24-36
- Dahl, Robert. 1997. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- Dahl, Robert. 1992. *Poliarquía en Diez textos básicos de Ciencia Política*. Barcelona: Ed. Ariel Ciência política.
- Dahl, Robert. 2012. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Davis, Angela. 2019. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Davis, Angela. 2018. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dewey, John. 1954. *The public and its problems*. Ohio: Swallow Press Books.
- Doherty, Carroll, Kiley, Jocelyn, Jameson, Bridget. 2016. *Partisanship and political animosity in 2016*. Washington: Pew Research Center.
- Druckman, James, Lupia, Arthur. 2000. *Preference formation*. *Annual Review of Political Science* vol 3, n.1: 1-24. <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.polisci.3.1.1>
- Eatwell, Roger, Goodwin, Matthew. 2018. *National populism: The revolt against liberal democracy*. UK: Penguin.
- Ekins, Emily. 2017. *The five types of Trump voters*. *The Democracy Fund Voter Study Group 1*, n. 1: 3.-37. https://www.voterstudygroup.org/uploads/reports/Final-Reports/FiveTypesOfTrumpVoters_2017june19.pdf
- Fontes, Pablo et al. 2017. *A interdisciplinaridade nos estudos das Relações Internacionais: a contribuição da Comunicação Social aos estudos sobre mídia e política externa*. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD* vol 6, n. 12: 443-468. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/7430/4101>
- Han, Byung-Chul. 2018. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Ed. Vozes Limitada.
- Han, Byung-Chul. 2014. *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Barcelona: Herder Editorial.





- Henriques, Anna Beatriz Leite; Leite, Alexandre Cesar Cunha, Júnior, Augusto Wagner Menezes Teixeira. 2015. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. *Revista Debates* vol. 9, n. 1: 09-23. <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/52333>
- Hobsbawm, Eric. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huntington, Samuel P. 1975. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Forense Universitária.
- Kramer, Katherine. 2016. *The Politics of Resentment: Rural Consciousness in Wisconsin and the Rise of Scott Walker*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ito, Youichi. 1991. *Johoka as a driving force of social change*. Japan: Keio Communication Review.
- Lepore, Jill. 2020. *Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Lepore, Jill. 2010 *The Whites of Their Eyes: The Tea Party's Revolution and the Battle over American History*. Princeton: Princeton University Press.
- Levitsky, Steven, Ziblatt, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marinucci, Raquel. 2008. Relações internacionais e mídia. *Universitas: Relações Internacionais* vol 6, n. 1: 43-52. <https://www.rel.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/836>.
- Martino, Luís Mauro Sá. 2019. Rumo a uma teoria da midiaticização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 45.
- Mcluhan, Marshall. 1994. *Understanding media: The extensions of man*. Cambridge: MIT press.
- Miguel, Luis Felipe. 2000. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 49: 1-77. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/225>
- Munn, Luke. 2021. More than a mob: Parler as preparatory media for the US Capitol storming. *First Monday*.
- Norris, Pippa; Inglehart, Ronald. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. UK: Cambridge University Press.
- Onuf, Nicholas. 2001. *The Strange Career of Constructivism in International Relations*. In: Centre of International Studies, University of Southern California, Seminar: (Re) Constructing Constructivist IR Research. Columbia: University of South Carolina Press.





- Porto, Mauro. 2003. Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política* vol 2, n.2 (Janeiro): 267-108. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4955>
- Sibilia, Paula. 2016. Eu, eu, eu... você e todos nós. In: *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sodré, Muniz. 2014. Organização do comum. In: *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes.

